

Gepalma
Investimentos e
Participações Ltda.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025 e 2024**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400 - Conjunto Térreo ao 801 – parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da Gepalma Investimentos e Participações Ltda

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras Gepalma Investimentos e Participações Ltda (“Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Gepalma Investimentos e Participações Ltda em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não

ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

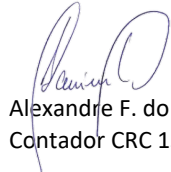
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de março de 2026.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



Alexandre F. do Nascimento
Contador CRC 1SP237177/O-3

Gepalma Investimentos e Participações Ltda.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	-	11	138.594	143.340
Aplicações financeiras	7	-	-	115.249	102.247
Contas a receber	8	-	-	158.674	163.683
Estoques	9	-	-	136.707	148.258
Adiantamentos	10	-	-	5.843	6.616
Impostos a recuperar	11	15	15	17.751	4.048
Irpj e csll a compensar	12	-	-	7.185	12.793
Despesas antecipadas		-	-	347	276
Dividendos a receber	23	2.622	1.920	-	-
Outros ativos		339	339	5.378	20.184
		2.976	2.285	585.728	601.445
Ativo Não Circulante					
Aplicações financeiras	7	-	-	16.925	5.832
Despesas antecipadas		-	-	134	-
Depósitos judiciais	25	-	-	1.871	1.938
Investimentos	14	206.481	232.155	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	-	-	54.664	43.248
Propriedade para investimento	15	-	-	20.841	21.327
Imobilizado	16	-	-	246.053	236.457
Intangível	17	-	-	23.720	12.371
Direito de uso	18	-	-	168.600	172.999
		206.481	232.155	532.808	494.172
Total Do Ativo		209.457	234.440	1.118.536	1.095.617

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivo Circulante					
Salários, provisões e encargos sociais a pagar		6	6	32.231	28.774
Fornecedores	21	33	33	102.384	114.248
Impostos e contribuições a recolher	22	-	6	75.645	54.582
Imposto de renda e contrib social a recolher	12	-	-	8.571	8.260
Empréstimos e financiamentos	19	-	-	125.938	112.034
Lucros a distribuir	23	-	442	-	442
Debêntures	20	-	-	32.549	16.267
Partes relacionadas	23	1.140	-	18.303	21.882
Adiantamentos de clientes		-	-	4.103	4.748
Passivo de arrendamento	18	-	-	76.962	45.229
Outros passivos	24	85	-	32.819	35.151
		1.264	487	509.505	441.617
Pa Empréstimos e financiamentos	19	-	-	92.757	41.488
Debêntures	20	-	-	144.317	176.386
Impostos e contribuições a recolher	22	-	-	34.596	36.953
Passivo de arrendamento	18	-	-	117.472	154.906
Provisão para contingências	25	-	-	10.827	9.482
		-	-	399.969	419.215
Pa Capital social	26	10.100	10.100	10.100	10.100
Ajuste de avaliação patrimonial	26	132.235	132.235	132.235	132.235
Reserva de lucros	26	59.558	62.462	59.558	62.462
Resultado acumulado	26	6.300	29.156	6.300	29.156
		208.193	233.953	208.193	233.953
Participação de sócios não controladores				869	832
Total Do Passivo		209.457	234.440	1.118.536	1.095.617

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gepalma Investimentos e Participações Ltda.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	27	-	-	934.948	876.251
Custos	28	-	-	(417.618)	(381.277)
Lucro bruto		-	-	517.330	494.974
Despesas operacionais					
Despesas administrativas e gerais	29	(78)	(76)	(56.369)	(55.182)
Despesas comerciais	29	(7)	(4)	(344.823)	(316.613)
Perdas de créditos		-	-	(66.956)	(59.939)
Resultado de equivalência patrimonial	14	6.776	9.180	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	30	-	57	23.637	7.991
Lucro operacional		6.691	9.157	(444.511)	71.231
Receitas financeiras	31	-	-	46.747	44.208
Despesas financeiras	31	(1)	(3)	(116.472)	(82.907)
Resultado financeiro líquido		(1)	(3)	(69.725)	(38.699)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		6.690	9.154	3.094	32.532
Imposto de renda e contribuição social - correntes	12	-	-	(7.775)	(5.301)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	13	-	-	11.416	(18.041)
Lucro líquido do exercício		6.690	9.154	6.735	9.190
Atribuído á:					
Participação dos sócios controladores				6.690	9.154
Participação dos sócios não controladores				45	36

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gepalma Investimentos e Participações Ltda.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	6.690	9.154	6.735	9.190
Outros resultados Abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	6.690	9.154	6.735	9.190
Atribuído á:				
Participação dos sócios controladores			6.690	9.154
Participação dos sócios não controladores			45	36

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gepalma Investimentos e Participações Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital Social	Ajuste de avaliação Patrimonial	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total Sócios Controladores	Acionistas não controladores	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023		10.100	132.235	62.462	20.096	224.893	796	225.689
Lucro líquido do exercício		-	-	-	9.154	9.154	36	9.190
Reclassificação entre contas		-	-	20.096	(20.096)	-	-	-
Distribuição dos lucros		-	-	-	-	-	-	-
Efeito IFRS 16 entre investidas		-	-	-	(94)	(94)	-	(94)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		10.100	132.235	82.558	9.060	233.953	832	234.785
Lucro líquido do exercício		-	-	-	6.690	6.690	45	6.735
Reclassificação entre contas		-	-	(23.000)	23.000	-	-	-
Distribuição dos lucros		-	-	-	(27.942)	(27.942)	(6)	(27.948)
Efeito IFRS 16 entre investidas		-	-	-	(390)	(390)	-	(390)
Baixa de investimento em controlada		-	-	-	(4.118)	(4.118)	(2)	(4.120)
Saldo em 31 de dezembro de 2025		10.100	132.235	59.558	6.300	208.193	869	209.062

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gepalma Investimentos e Participações Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	6.690	9.154	6.735	9.190
Ajustes por:				
Despesa de imposto de renda e contribuição social	-	-	(3.641)	23.342
Reversão (provisão) para perdas no estoque varejo	-	-	965	1.356
Ajuste a valor presente estoques	-	-	207	-
Depreciação e amortização	-	-	74.697	67.007
Valor residual de baixa de ativo imobilizado e intangível	-	-	6.323	2.117
Descontos sobre arrendamento	-	-	-	-
Juros sobre arrendamento	-	-	32.569	25.629
Juros sobre debêntures	-	-	33.143	17.693
Juros sobre empréstimos de financiamento	-	-	31.559	24.529
Ajuste a valor presente fornecedores	-	-	(410)	-
Variação cambial	-	-	-	5.534
Rendimentos de aplicação financeira	-	-	(23.732)	(16.423)
Custo na emissão de debêntures	-	-	431	1.203
Resultado de equivalência patrimonial	(6.776)	(9.180)	-	-
Perdas de crédito	-	-	66.956	59.939
Juros sobre operação de mútuo	-	-	3.204	3.079
Baixa de investimentos	-	-	-	-
Baixas líquidas de contrato de arrendamento	-	-	(7.856)	(1.150)
Provisão (reversão) líquida de contingências	-	-	1.345	1.412
	(86)	(26)	222.495	224.457
Redução (aumento) nos ativos:				
Contas a receber	-	-	(61.948)	(67.994)
Estoques	-	-	10.379	(29.142)
Adiantamentos	-	30	773	3.101
Impostos e contribuições a recuperar	-	-	(8.096)	4.888
Outros ativos	-	-	14.668	(17.342)
Aumento (redução) nos passivos:				
Fornecedores	-	(30)	(11.454)	41.124
Salários, provisão de férias e encargos sociais a pagar	-	-	3.457	362
Impostos e contribuições a recolher	(6)	6	15.233	4.072
Pagamentos do imposto de renda e contribuição social	-	-	(3.991)	(7.855)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(30.563)	(24.915)
Pagamento de juros sobre debêntures	-	-	(33.112)	(17.383)
Pagamento de juros sobre arrendamentos	-	-	(32.569)	(25.668)
Pagamentos de mutuos de partes relacionadas	-	-	(4.184)	(2.023)
Swap a pagar	-	-	-	(3.311)
Adiantamentos de clientes	-	-	(645)	459
Outros passivos	85	-	(2.334)	(11.191)
Fluxo de caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	(7)	(20)	78.109	71.639
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições do imobilizado e intangível	-	-	(52.089)	(61.963)
Dividendos recebidos	27.240	-	-	-
Aplicações em letras financeiras do tesouro	-	-	-	-
Baixa de investimentos	-	-	(4.118)	-
Fluxo de caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos	27.240	-	(56.207)	(61.963)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Pagamento dos passivos de arrendamento	-	-	(42.837)	(42.611)
Aplicações financeiras	-	-	(364)	34.353
Conta corrente interempresarial	1.140	-	-	-
Pagamentos de mutuos de partes relacionadas	-	-	(2.599)	(1.312)
Lucros distribuídos	(28.384)	-	(28.384)	-
Captação de empréstimos	-	-	96.456	68.521
Emissão de debêntures	-	-	-	191.991
Pagamento de principal de empréstimos	-	-	(32.280)	(177.962)
Pagamento de principal de debêntures	-	-	(16.250)	(70.000)
Efeito IFRS 16 entre investidas	-	-	(390)	(94)
Outros	-	-	-	-
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(27.244)	-	(26.648)	2.886
Redução do caixa e equivalentes de caixa	(11)	(20)	(4.746)	12.562
Variação do caixa e equivalentes de caixa:				
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	-	11	138.594	143.340
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	11	31	143.340	130.778
Redução do caixa e equivalentes de caixa	(11)	(20)	(4.746)	12.562

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A GEPALMA Investimentos e Participações Ltda. (Empresa ou Controladora) e suas controladas (Consolidado) operam no seguinte contexto:

A **Gepalma Investimentos e Participações Ltda.**, com sede na Rua Tijuco Preto, nº 249, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, constituída em 13 de maio de 2013, é uma empresa de capital fechado. O controle da Empresa e suas controladas é exercido por cotistas domiciliados no País. A Empresa atua na participação no capital de outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista, no Brasil.

A Empresa participa no capital das controladas consolidadas, conforme quadro abaixo:

Descrição	Participação direta
Caedu Comércio Varejista de Artigos do Vestuário S.A.	99,9992%
Administradora de Cartões de Crédito Palma Ltda.	99,9993%
Anppla Negócios e Propriedades Ltda.	99,9771%
GPO Logística e Armazém Geral Ltda.	99,9600%

Descrição	Participação indireta
Anppla Shopping Morato SPE Ltda.	99,5770%
Palma Sociedade de Crédito Direto S.A.	80,0553%

A participação indireta dá-se através da empresa Anppla Negócios e Propriedades Ltda., que é detentora de 99,60% da Anppla Shopping Morato SPE Ltda. Quanto a participação indireta na empresa Palma Sociedade de Crédito Direto S.A., refere-se as empresas Caedu Comércio Varejista de Artigos do Vestuário S.A e Administradora de Cartões de Crédito Palma Ltda., detentoras de 40,16% e 39,89% do capital, respectivamente.

a. Caedu Comércio Varejista de Artigos do Vestuário S.A.

A Caedu Comércio Varejista de Artigos do Vestuário S.A., com sede na Rua Tijuco Preto, nº 249, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, constituída em 14 de janeiro de 1975.

A Empresa atua nos segmentos varejistas e atacadistas de artigos de vestuários e acessórios, comércio varejista e atacadista de calçados, organização logística do transporte de carga, com três Centros de Distribuição localizados em Cajamar, na Grande São Paulo, e dois em Santa Catarina, e atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliário, além da importação de mercadorias.

Em 31 dezembro de 2025, a Companhia contava com: 88 lojas e 1 centro de distribuição posicionadas em toda Grande São Paulo e interior do Estado de São Paulo, 9 lojas no Estado de Minas Gerais, 1 loja no Estado do Rio Grande do Sul, 4 lojas no Estado de Goiás, 4 lojas no Distrito Federal e 2 centros de distribuição no Estado de Santa Catarina, além do varejo on-line. A Companhia atua com foco nos mercados C e D na economia brasileira.

A Companhia possui quatro marcas próprias: RipTrip, RTP, John Vincent e Super Menswear.

b. Administradora de Cartões de Crédito Palma Ltda.

A Administradora de Cartão de Crédito Palma Ltda. (“Administradora”) possui sua sede na Rua Campos Sales, nº 233, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, foi constituída em 4 de outubro de 2010.

A Administradora atua nos segmentos de emissão, administração e/ou gestão de cartões de crédito, débito e múltiplos de qualquer modalidade, de emissão própria, compreendendo quaisquer atividades principais, acessórias ou correlatas a esse meio de pagamento, administrando e/ou fazendo a gestão de direitos e obrigações pertinentes às operações com cartão de crédito e débito pela Súmula nº 283, do Superior Tribunal da Justiça, rigorosamente nos limites de definição.

A Administradora tem ainda como objeto social o exercício de funções de correspondente não bancário no país de instituição financeira e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil:

Cartões de crédito

O cartão oferecido pela Empresa é o Cartão Caedu, Private Label, exclusivo para o uso nas lojas da Empresa Caedu Comércio Varejista de Artigos do Vestuário S.A. Ao final de 2025 eram mais de 3.175 mil (2.942 mil em 2024) de clientes detentores do Cartão Caedu.

Seguros

A Administradora, agindo como estipulante, também comercializa aos seus clientes em parceria com seguradora idônea, seguros como proteção para as compras realizadas (seguro prestamista), assistência residencial e proteção contra roubo e furto para a bolsa de bens dos clientes. Oferece também plano Odontológico para os clientes e seus dependentes em clínicas credenciadas ao parceiro prestador do serviço.

c. ANPPLA Negócios e Propriedades Ltda.

A ANPPLA Negócios e Propriedades Ltda. (“Anppla”) tem sua sede na Rua Gerônimo Caetano Garcia, nº 270, na cidade de Francisco Morato, Estado de São Paulo, foi constituída em 27 de maio de 2004. A controlada atua na participação em outras sociedades como sócia ou acionista, construção, incorporações, compra e venda de imóveis próprios, a administração de aluguéis e gestão de bens imobiliários por conta própria, loteamento, empreendimentos, investimento, participação em negócios e incorporação.

d. Anppla Shopping Morato SPE Ltda.

Em 1º de abril de 2018, foi constituída a Controlada, sediada na - Rua Gerônimo Caetano Garcia, nº 270 – Sala 10 – 3º andar, na cidade de -Francisco Morato, Estado de São Paulo, cujo objeto social é a exploração da atividade de administração do Condomínio Shopping Center Morato.

e. GPO Logística e Armazém Geral Ltda.

A GPO Logística e Armazém Geral Ltda., com sede -Navegantes, Estado de -Santa Catarina, na -Rodovia BR 470 Ingo Hering, nº 1601 – São Domingos, e uma filial na cidade de Araquari, Estado de Santa Catarina, na Rodovia BR 101, S/N, Km 59, Corveta, constituída em 2 de janeiro de 2014.

A Controlada tem por objetivo social armazém geral de artigos do vestuário e afins, produtos de importação e exportação de artigos do vestuário já nacionalizados.

f. Palma Sociedade de Crédito Direto S.A.

A empresa Palma Sociedade de Crédito Direto S.A (“Palma SCD”), com sede na Rua Tijuco Preto, nº 249, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, constituída em 10 de março de 2023. A Companhia obteve autorização para funcionamento pelo BACEN em 15 de fevereiro de 2023 e publicada no D.O.U de 27 de fevereiro de 2023, tendo como objeto social a prática de todas as atividades de operações financeiras de pagamentos em geral permitidas pelas leis e demais normas aplicáveis a Companhia, incluindo (i) operações de empréstimo, de financiamento de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como origem capital próprio, (ii) análise de crédito para terceiros, (iii) cobrança de crédito de terceiros, (iv) atuação como representante de seguros na distribuição de seguro relacionadas com as operações mencionadas no item anterior por meio de plataforma eletrônica.

1.1 Performance financeira

O lucro consolidado do exercício de 2025 foi de R\$ 6.735 (R\$ 9.190 em 2024), na sustentação de medidas que a Administração tomou para fortalecer o caixa, implementando mudanças operacionais para a recuperação da saúde financeira, reduzindo custos e equacionando o fluxo de caixa.

Nesse sentido, em 31 de dezembro de 2025, as demonstrações financeiras consolidadas apresentam capital circulante líquido positivo em R\$ 76.223 (R\$ 159.828 em 2024) o fluxo de caixa operacional está positivo em R\$ 78.109 (R\$ 71.639 em 2024).

Assim, estas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional, que contempla, realização de ativos e a liquidação de passivos e compromissos assumidos no curso normal dos negócios.

A Administração da Empresa continuará fortalecendo a gestão dos seus resultados, de forma a garantir a sua continuidade sustentável.

A Administração acredita que não possui evidências de algum risco de continuidade operacional considerando os cenários de projeção avaliados pela Administração, e mesmo em um cenário negativo, não houve impacto na análise de continuidade operacional. Ressalta-se, no entanto, que uma mudança significativa nos cenários utilizados pode ocorrer e, no caso de ocorrerem, a Administração deverá rever suas projeções.

Risco de recuperabilidade de ativos financeiros e não financeiros

As aplicações financeiras são efetuadas e mantidas em instituições bancárias de primeira linha.

A Empresa e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, analisaram sua carteira de contas a receber e foi observada uma variação normal no risco de crédito, entretanto, sem postergação no prazo de liquidação pelos seus clientes.

Os estoques são reconhecidos pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor líquido de vendas. Em 31 de dezembro de 2025, não foi observado nenhuma condição que pudesse trazer uma perda adicional.

Para o ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2025, a Administração não identificou indicativos de desvalorização e, portanto, nenhuma provisão para redução foi constituída (“impairment”).

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Empresa foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 27 de fevereiro de 2026.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis materiais estão descritas na Nota Explicativa nº4.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa e de suas controladas. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa 18** - Prazo dos arrendamentos: se a Empresa e suas controladas têm razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogações.

(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025, que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício financeiro, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa 8** - Provisão para perdas de crédito esperadas.
- **Nota Explicativa 9** - Provisão para perdas de estoques.
- **Nota Explicativa 13** - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados.
- **Nota Explicativa 16** - Definição de vida útil do ativo imobilizado.
- **Nota Explicativa 17** - Definição de vida útil do ativo intangível.
- **Nota Explicativa 25** - Reconhecimento e mensuração de provisões para contingências.
- **Nota Explicativa 32** - Mensuração dos instrumentos financeiros derivativos.

d. Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Empresa e de suas controladas requerem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Empresa e suas controladas estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo de Nível 3, com reporte diretamente ao diretor de controladoria e financeiro.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos dos CPCs, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Empresa e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação, da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para ativo ou passivo diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs* para ativos ou passivos que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* inobserváveis).
- A Empresa e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.
- Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota Explicativa nº 32.

e. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado.

3 Base de consolidação

(i) Controladas

A Empresa controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Empresa obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(ii) Investimentos em entidades contabilizados pelo método de equivalência patrimonial

Os investimentos da Empresa em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais compreendem suas participações em controladas.

(iii) Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas (exceto para ganhos ou perdas de transações em moeda estrangeira) não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Empresa nas investidas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

4 Políticas contábeis materiais

As principais práticas contábeis adotadas pela Empresa e suas controladas nestas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma em nota explicativa.

a. Moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

b. Receita operacional

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Empresa e suas controladas, atendendo as normas do CPC 47. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Empresa e suas controladas reconhecem a receita quando seu valor puder ser mensurado com segurança quando for possível que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade. A Empresa e suas controladas baseiam suas estimativas levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(i) Receita de venda de varejo

O reconhecimento da receita ocorre quando:

- transferem ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos e cumpriu com todas as obrigações de desempenhos previstas
- não mantêm envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos
- o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade

- é provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Empresa e suas controladas
- os custos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

(ii) *Receitas de operações com cartões de crédito*

As receitas decorrentes das operações de crédito são apropriadas ao resultado observando-se os critérios “pro rata” com base no método de taxa efetiva de juros. As receitas são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber no momento da prestação do serviço de cobrança.

(iii) *Receita de aluguel*

A receita de aluguel é reconhecida no mês da incoerência da utilização do imóvel no curso normal das atividades. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber.

(iv) *Receita de venda de imóveis*

A receita com venda de imóveis é mensurada pelo valor efetivamente contratado, sendo os valores de contas a receber calculados quando aplicável a valor presente considerando os prazos dos recebimentos futuros.

c. *Receitas financeiras e despesas financeiras*

As receitas financeiras abrangem basicamente os juros sobre aplicações financeiras, juros e multas recebidos ou auferidos e variações monetárias positivas sobre ativos financeiros. As receitas com juros são reconhecidas no resultado do exercício utilizando-se a metodologia de taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros e variações monetárias sobre passivos financeiros. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

d. *Imposto de renda e contribuição social*

Anppla, GPO, Palma SCD e Anppla SPE

No imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base no lucro presumido, aplicando-se as alíquotas de presunção sobre a Receita Tributável de aluguel 32%, sobre os quais posteriormente são aplicadas as alíquotas dos impostos de 15%, acrescidas do adicional de 10% para imposto de renda e 9% para contribuição social.

Gepalma, Caedu, Administradora Palma

No imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda, e 9% para Gepalma e Caedu, 15% para a Administradora Palma e Palma SCD sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) *Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes*

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou estimado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) *Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos*

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; e
- diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Empresa.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Empresa espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

e. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa e suas controladas se tornaram parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que sejam contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescidos, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do resultado VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado, ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) - Instrumento de dívida, ao VJORA - Instrumento patrimonial ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Empresa e suas controladas podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Empresa e suas controladas podem designar, de forma irrevogável, um ativo financeiro que de outra forma, atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros Avaliação do modelo de negócio

A Empresa e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos.
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Empresa e suas controladas.
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados.
- Como os gerentes do negócio são remunerados — por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos.
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa e suas controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR.

Ativos financeiros avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamento de principal e juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia a essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Empresa e suas controladas consideram:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa.
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis.
- Pré-pagamento e a prorrogação do prazo.
- Termos que limitam o acesso da Empresa e suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na *performance* de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros, caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente — o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo ou seja designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais é reconhecida no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Empresa e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Empresa e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Empresa e suas controladas nem transferem nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Empresa e suas controladas realizam transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Empresa e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

f. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor nominal dos títulos, líquidos de ajustes a valor presente, quando aplicável. As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa são constituídas com base na análise das contas a receber e em montante considerado suficiente pela Administração da Empresa e suas controladas para cobrir prováveis perdas na sua realização.

g. Estoques

Os estoques de mercadorias para revenda, materiais auxiliares e materiais de consumo estão avaliados pelo custo de aquisição, inferiores aos custos de reposição ou aos valores de realização. A provisão para perdas e obsolescência é constituída para os itens de estoque sem expectativa de movimentação ou realização por valor inferior ao custo acrescido das despesas para vender.

h. Propriedade para investimento

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou valorização do capital com terrenos, benfeitorias e edifícios, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é mensurada pelo custo menos a depreciação correspondente.

O custo inclui despesa que é diretamente atribuível à aquisição de uma propriedade para investimento. O custo da propriedade para investimento construída pelo proprietário inclui os custos de material e mão de obra direta, qualquer custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito e os juros capitalizados dos empréstimos.

A venda de uma propriedade para investimento é reconhecida como receita de venda operacional.

O resultado operacional da venda de uma propriedade para investimento é calculado pela diferença entre o valor de venda líquida e o custo que são reconhecidos no resultado.

Depreciação

Itens da propriedade para investimento são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. A depreciação é reconhecida no resultado.

i. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando houver.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessários para que estes possam operar.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesa.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. A depreciação é reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são:

Descrição	2025	2024
Benfeitorias em terceiros	10 anos	4 a 10 anos
Instalações	10 anos	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos	10 anos
Móveis e utensílios	2 a 28 anos	2 a 28 anos
Veículos	5 anos	5 anos
Equipamentos de informática	5 anos	2 a 5 anos
Aparelhos de comunicações	5 anos	5 anos
Equipamentos de segurança	5 anos	2 a 5 anos
Expositores e manequins	10 anos	3 a 14 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

j. Intangível

Os ativos intangíveis são compostos pelo custo incorrido na aquisição de *softwares*, os quais são amortizados levando em conta a vida útil estimada.

É avaliado ao custo de aquisição deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os custos associados à manutenção são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

k. Redução ao valor recuperável (impairment)

Ativos financeiros não derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Empresa e suas controladas reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado
- Investimentos de dívida mensurados ao VJORA
- Ativos de contrato.

A Empresa e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço.

- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Empresa e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Empresa, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Empresa e suas controladas presumem que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Empresa e suas controladas consideram um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Empresa e suas controladas, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.
- A Empresa e suas controladas consideram que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando:
- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.
- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Empresa e suas controladas estão expostas ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Empresa e suas controladas, de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber).

No cálculo das perdas históricas, levou-se em consideração:

- (a) Probabilidade de *default* (PD): esse indicador informa a inadimplência média da carteira.

- (b) Exposição no *default* (EAD): é composto pelo saldo atual mais um percentual do limite disponível do cliente.
- (c) Perda dado o *default* (LGD): esse indicador é definido como o percentual que é perdido após a ocorrência do *default*.
- (d) Estágio da operação:
- **Estágio 1** - Ativos em normalidade
 - **Estágio 2** - Aumento significativo de risco
 - **Estágio 3** - Ativos em *default*.

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Empresa e suas controladas avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário.
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias.
- Reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais.
- Probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- Desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Empresa e suas controladas não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a entidade adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias, com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Empresa e suas controladas fazem uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa, com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Empresa e suas controladas não esperam nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da entidade para a recuperação dos valores devidos.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Empresa e suas controladas, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são, em grande parte, independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro rata*.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

I. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Empresa e suas controladas tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

m. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são reconhecidos como despesas de pessoal, conforme o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo, se a Empresa e suas controladas tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

n. Arrendamento mercantil

No início de um contrato, a Empresa e suas controladas avaliam se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Empresa e suas controladas utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2).

(i) Como arrendatário

A Empresa e suas controladas reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Empresa e de suas controladas. Geralmente, a Empresa e suas controladas usam sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Empresa e suas controladas determinam sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência.
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente medidos utilizando o índice ou taxa na data de início.
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual.
- Preço de exercício da opção de compra, se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Empresa e suas controladas alterarem sua avaliação, se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Empresa apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativo de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

(ii) Como arrendador

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Empresa e suas controladas alocam a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes.

Quando a Empresa e suas controladas atuam como arrendadora, determinam, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, a Empresa e suas controladas fazem uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a Empresa e suas controladas consideram certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente.

Quando a Empresa e suas controladas são um arrendador intermediário, ele contabiliza seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Ela avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente. Se o arrendamento principal é um arrendamento de curto prazo que a Empresa e suas controladas, como arrendatária, contabiliza aplicando a isenção descrita acima, ela classifica o subarrendamento como um arrendamento operacional.

Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, a Empresa e suas controladas aplicarão o CPC 47 para alocar a contraprestação no contrato.

A Empresa e suas controladas aplicam os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48 ao investimento líquido no arrendamento. A Empresa e suas controladas também revisam regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento.

A Empresa e suas controladas reconhecem os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como parte de 'outras receitas'.

5 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

a. CPC 51/IFRS 18 - Apresentação e divulgação das demonstrações contábeis

O CPC 51 substituirá o CPC 26/IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis e será aplicável a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. Este novo padrão introduz os seguintes requisitos principais:

- As entidades devem classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas: operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. Além disso, devem apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido, embora o lucro líquido das entidades permaneça inalterado.
- As medidas de desempenho definidas pela administração devem ser divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Adicionalmente, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Administração entende que tais alterações apresentarão impactos significativos nas demonstrações financeiras do Grupo e está avaliando internamente suas implicações para cumprimento da norma.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixas	-	-	3.743	3.502
Bancos	-	11	16.692	14.698
Aplicações	-	-	118.159	125.140
	-	11	138.594	143.340

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo da Empresa e suas controladas. As aplicações financeiras estão representadas substancialmente por títulos de renda fixa com remuneração de 95 a 105% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2025 (97% a 105% em 2024).

As aplicações financeiras possuem alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

A exposição da Empresa a riscos de taxas de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros é divulgada na nota explicativa n° 32.

7 Aplicações financeiras

As aplicações financeiras com vencimento de longo prazo são representadas da seguinte forma:

	Banco	Tipo	Remuneração	Consolidado		Consolidado	
				Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
				31/12/2025	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2024
	Itaú	CDB	De 97% a 102% CDI	88.841	-	89.270	6
(a)	Banco do Brasil	CDB	95% CDI	-	-	-	250
	Banrisul	CDB	102% CDI	-	-	-	186
	Safra	CDB	De 100% a 100,25% CDI	5.668	-	12.977	-
(a)	Santander	CDB	De 99,5% a 100% CDI	12.959	3.080	-	2.694
	Bacen	LFT	100% Selic	-	5.000	-	-
	XP Investimentos		100,5% CDI	7.781	-	-	-
(a)	CEF		97% CDI	-	1.630	-	1.190
(a)	BDMG		105% CDI	-	1.726	-	1.506
(a)	Bradesco		100% CDI	-	5.489	-	-
				115.249	16.925	102.247	5.832

- (a) As operações em Certificados de Depósito Bancário (CDBs) são dadas em garantia em operações de empréstimos junto aos respectivos bancos. Os resgates antecipados das aplicações estão condicionados à quitação antecipada de empréstimos.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros é divulgada na nota explicativa nº 32.

8 Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
(i) Cartões de crédito	8.011	83.390
(ii) Contas a receber de clientes	13.414	3.241
(iii) Contas a receber de clientes - Cartão Caedu	160.004	94.073
(iv) Comissões sobre seguros	7.633	8.085
Repasses de fatura a receber	-	889
Aluguéis a Receber	625	621
Outras contas a receber	155	416
Subtotal	189.842	190.715
(-) Provisão Para perdas de Créditos estimadas	(31.168)	(27.032)
Total	158.674	163.683

- (i) Contas a receber decorrentes das vendas realizadas através dos cartões de crédito, os quais a controlada recebe das operadoras em montantes, prazos e quantidade de parcelas definidos no momento da venda do produto.
- (ii) Refere-se às contas a receber decorrentes de vendas financiadas pela própria Caedu Comércio Varejista de Artigos do Vestuário S.A.
- (iii) Contas a receber decorrentes das operações de vendas nas lojas Caedu através dos cartões Caedu. Estas contas a receber, a Administradora de Cartões de Crédito Palma Ltda. recebe dos clientes em valores, prazos e número de parcelas definidos no momento da venda ao cliente. Para as vendas a prazo, são cobrados juros sobre o saldo de venda aos clientes, a taxa aplicada é variável conforme o prazo de pagamento definido no momento da venda. A receita é reconhecida ao longo da vigência dos contratos *pro rata die*, de acordo com as respectivas taxas de juros pactuadas.
- (iv) O saldo da conta contempla o valor das comissões sobre a comercialização de seguros e outros valores a receber.

a. Contas a receber de operadoras de cartões

Os montantes classificados como contas a receber acima apresentados são classificados como recebíveis e, por conseguinte, mensurados pelo custo amortizado. O prazo médio de recebimento de contas a receber de clientes é de 90 dias, na operação de atacado. Na operação de varejo, em 2025 e 2024, é dividido pelas operadoras de cartões que é inferior a 50 (58 dias em 2024).

Quando necessário, ajuste a valor presente é calculado nas datas dos balanços para todas as contas a receber de clientes. Para seu cálculo, é levado em consideração o prazo de realização do ativo utilizando-se uma taxa de desconto baseada na taxa média de encargos financeiros cobrados dos clientes finais, deduzido de seu risco de inadimplência. Esta taxa é considerada pela Administração das controladas, ao realizar avaliações de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos para estes ativos. As operações de crédito estão registradas a valor presente, calculadas *pro rata die* com base na taxa de juros pactuada. Em dezembro de 2025 houve antecipação do recebimento dos cartões de crédito com terceiros no montante de R\$ 61.972 (R\$ 49.565 em 2024).

b. Provisão para perdas de créditos esperadas

Abaixo, demonstramos a movimentação de provisão estimada de créditos de liquidação duvidosa nas controladoras que têm reflexos apenas no consolidado em 2025 e 2024, respectivamente:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	(27.032)	(27.696)
Provisão	(31.168)	(27.032)
Reversão	27.032	27.696
	(31.168)	(27.032)
Saldo no fim do exercício	(31.168)	(27.032)

A definição da provisão para perdas de créditos esperada atende ao risco identificado de recebimento, contemplando os seguintes critérios:

- Pedido de falência/recuperação judicial
- Clientes vencidos e sem renegociação.
- A provisão para perdas de crédito esperadas é calculada levando-se em consideração as faixas de vencimento conforme demonstrado:

	31/12/2025	31/12/2024
Á vencer	8.943	6.716
Vencido de 0 à 30 dias	703	670
Vencido de 31 à 89	1.616	1.314
Vencido de 90 até 180 dias	19.788	18.241
Vencido Acima de 180 dias	118	91
Total	31.168	27.032

No cálculo da PECLD, foram consideradas as perdas históricas por faixa de vencimento, e após 180 dias vencido o título é 100% baixado como perdas para o resultado.

c. Garantias

Para os empréstimos para capital de giro que a Empresa e suas controladas possuem em 31 de dezembro de 2025, foram dados como garantia seus recebíveis de cartão de crédito no montante de R\$ 23.323 (R\$ 8.711 em 31 de dezembro de 2024) e aplicações financeiras de R\$ 11.925 (5.338 em 2024).

9 Estoques

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Mercadoria para revenda	115.909	121.799
Importações em andamento	17.842	24.859
Almoxarifado	3.789	2.956
Mercadoria em poder de terceiros	339	-
(-) Ajuste a valor presente	(207)	-
Subtotal	137.672	149.614
Provisão para perdas nos estoques	(965)	(1.356)
	136.707	148.258

A Administração da controlada entende, em decorrência da análise sobre os itens de estoque, que não há necessidade de efetuar outros registros de perdas estimadas para obsolescência e para movimentação lenta de estoques, além dos valores já registrados.

Segue movimento da provisão para perda:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	(1.356)	(3.536)
Provisão para perdas no estoque	(965)	(1.356)
Ajustes de inventário	1.356	3.536
Saldo final	(965)	(1.356)

10 Adiantamentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamentos a fornecedores estrangeiros	-	-	1.733	3.877
Adiantamentos a fornecedores	-	-	3.640	2.047
Adiantamentos a empregados	-	-	469	666
Adiantamentos para viagens	-	-	1	26
	-	-	5.843	6.616

11 Impostos e contribuições a recuperar

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
PIS	3.087	1
COFINS	11.655	-
ICMS	8	-
IRRF	2.939	3.381
INSS	-	605
Outros	62	61
	17.751	4.048
Circulante	17.751	4.048
Não circulante	-	-
Total	17.751	4.048

12 Imposto de renda e contribuição social corrente

a. IRPJ e CSLL a compensar

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ a Compensar	6.398	10.342
CSLL a Compensar	787	2.451
	7.185	12.793

b. Imposto de renda e contribuição social a recolher

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ a Recolher		
Saldo anterior	6.042	9.471
Despesa com IRPJ	5.187	3.587
Juros/Multa	-	16
Reclassificação para IRPJ a compensar	-	225
Compensação	(3.533)	(2.466)
Pagamentos	(2.153)	(4.791)
	5.543	6.042
CSLL a Recolher		
Saldo anterior	2.218	3.432
Despesa com CSLL	2.648	1.647
Reclassificação para CSLL a compensar	-	203
Pagamentos	(1.838)	(3.064)
	3.028	2.218
Total IRPJ e CSLL	8.571	8.260

13 Imposto de renda e contribuição social diferidos

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

IRPJ/CSLL diferidos - Diferenças temporárias	31/12/2025	31/12/2024
Provisão de fornecedores	-	202
Perdas em estoques de produtos varejo	965	1.356
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	31.028	26.980
Ajuste a valor presente	203	-
<i>Impairment</i>	501	501
Provisão para contingências	10.819	9.482
Depreciação de direito de uso CPC 06 (R2)	41.976	38.207
Provisão para bônus	11.020	8.387
Prejuízos fiscais e base negativa	<u>54.781</u>	<u>32.763</u>
Base de cálculo	<u>151.293</u>	<u>117.878</u>
Alíquota combinada do IRPJ/CSLL	<u>34% e 40%</u>	<u>34% e 40%</u>
Total de imposto diferido	<u>54.664</u>	<u>43.248</u>

IRPJ e CSLL diferidos - Diferenças temporárias

Referem-se aos efeitos de imposto de renda e contribuição social sobre as diferenças temporárias das controladas Caedu Comércio Varejista de Artigos do Vestuário S.A. e Administradora de Cartões de Crédito Palma Ltda., cuja realização seja provável com base em projeções de resultados futuros, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos que podem, portanto, sofrer alterações. As diferenças temporárias dedutíveis não prescrevem, de acordo com a legislação tributária vigente, e são decorrentes do ajuste a valor presente, *impairment* e de provisões para contingências, calculados a partir das alíquotas oficiais (IRPJ = 15% + adicional de 10% e CSLL = 9% e 15% para a Administradora de Cartão Palma Ltda.).

IRPJ e CSLL diferidos - Prejuízos fiscais e base negativa

As controladas Caedu Comércio Varejista de Artigos do Vestuário S.A. e Administradora de Cartões de Crédito Palma Ltda. possui prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social sem prazos de prescrição e compensáveis com lucros tributários futuros. Considerando as projeções e avaliações econômicas e estratégicas, as quais contemplam um cenário de rentabilidade futura das operações em montante suficiente para permitir a compensação dos referidos prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social, a Administração das controladas procedeu ao registro dos créditos tributários sobre os prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social, calculados a partir das alíquotas oficiais (IRPJ = 15% + adicional de 10% e CSLL = 9% e 15 % Adm. Cartão Palma).

Portanto, esse registro é fundamentado na expectativa de lucros tributáveis futuros, projetados com base em premissas internas e cenários econômicos que eventualmente podem não se concretizar.

b. Imposto de renda e contribuição social – Resultado

	31/12/2025	31/12/2024
Adições e exclusões temporárias	11.398	(44.931)
Prejuízos fiscais e base negativa	<u>22.018</u>	<u>(7.676)</u>
Base de cálculo	<u>33.416</u>	<u>(52.607)</u>
Alíquota combinada	<u>34% e 40%</u>	<u>34% e 40%</u>
Total	<u>11.416</u>	<u>(18.041)</u>

c. Conciliação da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	6.690	9.154	3.094	32.532
Eliminação do efeito da tributação Lucro presumido	-	-	(18.284)	(16.888)
Base de Cálculo	<u>6.690</u>	<u>9.154</u>	<u>(15.190)</u>	<u>15.644</u>
Alíquota nominal vigente	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Expectativa de despesa do IRPJ e da CSLL	<u>(2.275)</u>	<u>(3.112)</u>	<u>5.164</u>	<u>(5.319)</u>
Adições e exclusões com efeito sobre IRPJ e CSLL:				
Equivalência Patrimonial	2.304	3.121	-	-
Adições permanentes, líquidas de exclusões	-	-	(504)	(902)
Adições temporárias, líquidas de exclusões	-	-	2.003	(14.221)
Expectativa de despesa do IRPJ e da CSLL	<u>29</u>	<u>9</u>	<u>6.663</u>	<u>(20.442)</u>
Tributação pelo regime de lucro presumido	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(3.022)</u>	<u>(2.900)</u>
Outros	(29)	(9)	-	-
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.641</u>	<u>(23.342)</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício:				
Correntes	-	-	(7.775)	(5.301)
Diferidos	-	-	11.416	(18.041)
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.641</u>	<u>(23.342)</u>

14 Investimentos

	31/12/2025	31/12/2024
Administradora de Cartões de Crédito Palma Ltda.	54.474	41.771
Anppla Negócios e Propriedades Ltda.	141.910	157.032
Caedu Comércio Varejista de Artigos do Vestuário S.A.	9.901	29.225
GPO Logística e Armazém Geral Ltda.	<u>196</u>	<u>4.127</u>
	<u>206.481</u>	<u>232.155</u>

As participações em sociedades controladas e em coligadas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial na Controladora. Nas operações entre as controladas da Empresa, os ganhos ou perdas não realizadas, foram eliminados. As práticas contábeis adotadas pelas sociedades controladas são uniformes com as adotadas pela Empresa.

**Gepalma Investimentos e
Participações Ltda.**
*Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025 e 2024*

	Caedu	Adm Palma	GPO	Anppla	Total	Anppla SPE	Palma SCD
Participação	99,9992%	99,9993%	99,9600%	99,9771%		99,6000%	80,0553%
Ativo	821.121	300.357	3.464	142.386	1.267.328	1.452	4.448
Passivo	(811.221)	(245.884)	(3.267)	(1.105)	(1.061.477)	(518)	(273)
PL	9.900	54.473	197	141.281	205.851	934	4.175
Ativo a realizar				662	662	-	-
Total	9.900	54.473	197	141.943	206.513	934	4.175
Investimento	9.900	54.473	197	141.910	206.480	930	3.342
Lucro (prejuízo) líquido	(19.324)	12.703	186	14.805	8.370	-	212
Resultado Intercompany	-	-	-	(1.595)	(1.595)	-	-
Total	(19.324)	12.703	186	13.210	6.775	-	212
Equivalência patrimonial	(19.324)	12.703	186	13.210	6.775	-	170

a. A movimentação das participações societárias está assim demonstrada na Controladora

	Saldo em 31/12/2024	Distribuição de Lucros	Equivalência Patrimonial	Baixa	Saldo em 31/12/2025
Caedu Comércio	29.225	-	(19.324)	-	9.901
Administradora Palma	41.770	-	12.703	-	54.473
Anppla Negócios	157.032	(27.942)	13.211	(390)	141.911
GPO Logística	4.127	-	186	(4.117)	196
Total	232.154	(27.942)	6.776	(4.507)	206.481
	Saldo em 31/12/2023	Distribuição de Lucros	Equivalência Patrimonial	Baixa	Saldo em 31/12/2024
Caedu Comércio	38.142	-	(8.917)	-	29.225
Administradora Palma	37.709	-	4.061	-	41.770
Anppla Negócios	143.391	-	13.736	(95)	157.032
GPO Logística	3.827	-	300	-	4.127
Total	223.069	-	9.180	(95)	232.154

15 Propriedades para investimentos

Descrição	Taxa de depreciação	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2025
Custo corrigido						
Imóveis para investimento	De 1,67% a 2,86% a.a	23.378	-	-	-	23.378
Terrenos para investimento		3.833	-	-	-	3.833
		27.211	-	-	-	27.211
Depreciação						
Imóveis para investimento		(5.884)	(486)	-	-	(6.370)
		(5.884)	(486)	-	-	(6.370)
Total		21.327	(486)	-	-	20.841

**Gepalma Investimentos e
Participações Ltda.**
*Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025 e 2024*

Descrição	Taxa de depreciação	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2024
Custo corrigido						
Imóveis para investimento	De 1,67% a 2,86% a.a	23.378	-	-	-	23.378
Terrenos para investimento		3.833	-	-	-	3.833
		<u>27.211</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>27.211</u>
Depreciação						
Imóveis para investimento		(5.399)	(485)	-	-	(5.884)
		<u>(5.399)</u>	<u>(485)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(5.884)</u>
Total		<u>21.812</u>	<u>(485)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(21.327)</u>

Em 2025 foram avaliados os imóveis mantidos para investimentos sendo o valor justo total entre edifícios e terrenos no montante de R\$ 40.238. A Administração das controladas revisou a vida útil-econômica remanescente das propriedades para investimento e não identificou modificações em 2025 e 2024 nas estimativas anteriormente determinadas.

16 Imobilizado

Descrição	Taxa de depreciação	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2025
Custo										
Benfeitoria em terceiros	10%	126.514	-	(2.847)	16.015	139.682	-	(5.985)	26.026	159.723
Instalações	10%	43.542	-	(181)	13.366	56.727	287	(1.655)	17.220	72.579
Máquinas e equipamentos	10%	8.195	-	(71)	425	8.548	10	(163)	1.137	9.532
Móveis e utensílios	10%	19.447	-	(26)	3.038	22.458	-	(431)	1.375	23.402
Veículos	20%	658	-	-	-	658	-	-	-	658
Equipamentos de informática	20%	20.778	-	(125)	3.335	23.988	1	(46)	3.422	27.365
Aparelhos de comunicação	20%	1.678	-	-	-	1.678	-	(6)	-	1.672
Equipamentos de segurança	20%	3.461	-	(14)	-	3.447	-	(5)	-	3.442
Expositores e manequins	10%	18.874	-	(284)	7.431	26.021	-	(670)	10.032	35.383
Terrenos		55.395	-	-	-	55.395	-	-	-	55.395
Edifícios e benfeitorias	De 1,67% a 2,86%	68.670	-	-	-	68.670	-	-	-	68.670
Imobilizado em andamento	10%	27.404	63.007	-	(52.404)	38.009	49.299	(350)	(72.440)	14.518
		394.616	63.007	(3.548)	(8.794)	445.281	49.597	(9.311)	(13.228)	472.339
Depreciação										
Benfeitoria em terceiros		(97.770)	(8.041)	1.298	(863)	(105.376)	(8.230)	3.120	-	(110.486)
Instalações		(29.111)	(2.661)	71	(154)	(31.855)	(3.813)	218	-	(35.450)
Máquinas e equipamentos		(5.473)	(648)	33	(68)	(6.156)	(636)	-	-	(6.792)
Móveis e utensílios		(11.910)	(1.553)	-	(105)	(13.568)	(2.245)	196	22	(15.595)
Veículos		(658)	-	-	-	(658)	-	-	-	(658)
Equipamentos de informática		(17.849)	(1.296)	-	(120)	(19.265)	(1.771)	-	-	(21.036)
Aparelhos de comunicação		(1.394)	(142)	-	(17)	(1.553)	(156)	3	-	(1.706)
Equipamentos de segurança		(3.132)	(109)	10	(14)	(3.245)	(74)	3	-	(3.316)
Expositores e manequins		(9.953)	(1.783)	29	(94)	(11.801)	(2.910)	185	-	(14.526)
Edifícios e benfeitorias		(13.972)	(1.375)	-	-	(15.347)	(1.374)	-	-	(16.721)
		(191.222)	(17.608)	1.441	(1.435)	(208.824)	(21.209)	3.725	22	(226.286)
Imobilizado líquido		203.394	45.399	(2.107)	(10.229)	236.457	28.388	(5.586)	(13.206)	246.053

A Administração das controladas revisou a vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não identificou modificações em 2025 e 2024 nas estimativas anteriormente determinadas.

17 Intangível

Descrição	Taxa de depreciação	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2025
Custo										
Softwares	20%	19.402	-	(10)	7.466	26.858	-	(755)	15.720	41.823
Software em desenvolvimento		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pontos comerciais	De 6,67% a 20%	12.830	-	-	1.731	14.561	-	-	-	14.561
		32.232	-	(10)	9.197	41.419	-	(755)	15.720	56.384
Depreciação										
Softwares		(14.888)	(1.035)	-	-	(15.923)	(3.205)	16	-	(19.112)
Pontos comerciais		(12.470)	(642)	-	(13)	(13.125)	(427)	-	-	(13.552)
		(27.358)	(1.677)	-	(13)	(29.048)	(3.632)	16	-	(32.664)
Imobilizado líquido		4.874	(1.677)	(10)	9.184	12.371	(3.632)	(739)	(15.720)	23.720

18 Direito de uso e arrendamento mercantil

A controlada Caedu adotou o CPC 06 (R2) para os seus contratos de locação de lojas firmados com terceiros. Para enquadrarmos esses contratos na nova norma, a Controlada optou que para o reconhecimento inicial, no papel de arrendatário, identificar os saldos residuais e através das taxas e prazos definidos trazer a valor presente os pagamentos dos arrendamentos e registrar os ativos e passivos de acordo com o que foi estabelecido pela norma contábil, não reapresentando exercícios anteriores para fins comparativos.

A Controlada, pelas características atuais de seus arrendamentos (contratos de aluguel atualizados pela inflação a cada aniversário), optou por adotar a utilização da taxa nominal sobre o fluxo de caixa descontado real (sem projeção de inflação), assim a taxa média foi de 9,85%.

Para chegar nas taxas de desconto aplicáveis, a controlada se baseou em taxas de juros prontamente observáveis no mercado brasileiro, considerando os prazos de cada contrato, ajustadas ao risco de crédito obtido pelas captações a mercado realizadas pela empresa.

As movimentações no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são como segue:

a. Movimentação do ativo de direito de uso

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldo Inicial	172.999	174.369
Novos contratos	30.105	58.706
Remensuração	30.267	(9.637)
Pontos comerciais	-	1.584
Baixas	(15.377)	(4.786)
Amortização	(49.394)	(47.237)
Saldo Final	168.600	172.999

b. Movimentação do passivo de arrendamento

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldo Inicial	200.135	198.068
Novos contratos	30.105	58.706
Remensuração	26.493	(9.637)
Juros incorridos	32.569	25.629
Pontos comerciais	-	1.584
Baixas	(19.462)	(5.936)
Pagamentos de ponto comercial	-	(1.584)
Pagamento de principal	(42.837)	(41.027)
Pagamento de juros	(32.569)	(25.668)
Saldo Final	194.434	200.135
Circulante	76.962	45.229
Não circulante	117.472	154.906
Total	194.434	200.135

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2025 apresentam os seguintes cronogramas de vencimentos:

Vencimento	
2027	70.854
2028	17.969
2029	8.358
2030	6.942
Demais anos	13.349
Total	117.472

19 Empréstimos e financiamentos

Finalidade	Taxa anual	Final	31/12/2025		31/12/2024	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Clausula mandato	CDI+1,69% a 1,75%	mar/26	86.402	-	87.112	-
Capital de Giro	CDI+2,20% a 3,63%	mai/30	39.536	92.757	24.923	41.488
Total			125.938	92.757	112.035	41.488

Segue a movimentação dos empréstimos:

2025	Principal	31/12/2024	Captação	Varição Cambial	Juros incorridos	Juros Pagos	Pagamento de principal	31/12/2025
Modalidade								
Clausula mandato	85.700	87.112	7.500	-	13.242	(12.952)	(8.500)	86.402
Capital de giro	160.224	66.411	88.956	-	18.317	(17.611)	(23.780)	132.293
Total		153.523	96.456	-	31.559	(30.563)	(32.280)	218.695

2024	Principal	31/12/2023	Captação	Varição Cambial	Juros incorridos	Juros Pagos	Pagamento de principal	31/12/2024
Modalidade								
Clausula mandato	86.700	91.048	8.000	-	10.136	(10.072)	(12.000)	87.112
Capital de giro	95.048	131.989	35.548	-	12.901	(12.853)	(101.174)	66.411
Moeda estrangeira	59.937	34.779	24.973	5.534	1.492	(1.990)	(64.788)	-
Total		257.816	68.521	5.534	24.529	(24.915)	(177.962)	153.523

As garantias por modalidade são:

Finalidade	Garantias
Capital de giro	Aplicações financeiras e cartões de crédito
Cláusula mandato	Cessão fiduciária

Para os empréstimos para capital de giro que a Empresa e suas controladas possuem em 31 de dezembro de 2025, foram dados como garantia seus recebíveis de cartão de crédito no montante de R\$ 23.323 (R\$ 8.711 em 31 de dezembro de 2024) e aplicações financeiras de R\$ 11.925 (R\$ 5.338 em 2024).

Em 31 de dezembro de 2025, o montante registrado no passivo não circulante tem a seguinte composição por ano de vencimento:

2027	43.016
2028	33.882
2029	13.799
2030	2.060
Total	92.757

Existência de cláusulas restritivas (covenants)

A Empresa mantém contratos de empréstimos e financiamentos com instituições financeiras que contém cláusulas de compromissos (“covenants”), dentre esses compromissos, existem cláusulas que preveem índices financeiros e de liquidez determinados entre as partes.

No caso de descumprimento dessas cláusulas contratuais específicas, tal credor poderia, após a notificação do não cumprimento pela Empresa, exigir o vencimento antecipado das dívidas mantidas com a empresa. Em 31 de dezembro de 2025, a empresa cumpriu as cláusulas definidas em relação aos índices financeiros.

Recursos de terceiros – Cláusula Mandato

Em função das Resoluções 4.282/2013 e 4.949/2021 do Banco Central do Brasil (BCB), além das circulares 3.680/2013, 3.681/2013, 3.682/2013, 3.683/2013, 3.705/2014 e outras emitidas também pelo BCB, o setor de pagamentos destinados ao público, incluindo o mercado de cartões pré e pós pagos, mobile payment, internet payment e outros, passam formalmente a fazer parte do Sistema de Pagamentos Brasileiro (“SPB”) e terão que se sujeitar às novas regras gerais, princípios e conceitos estabelecidos nestas regulamentações. Assim, todos arranjos ou instituições de pagamentos destinados ao público e aceito por mais de um recebedor, inclui-se aí os pagamentos móveis (através de operadoras de telecomunicações e operadoras de telefonia), passam a ser regulados e fiscalizados pelo BCB, devendo se submeter às novas regras e autorizações que foram emitidas por essa instituição.

Diante deste cenário a controlada Administradora de Cartão de Crédito Palma Ltda., entende que transferir as operações de Crédito e Financiamento geradas pelos Cartões de Crédito através da Cláusula Mandato, traz segurança, eficiência e rentabilidade para o grupo Palma. Assim, faz-se necessário readequar os modelos operacionais, financeiro e contábil da Empresa para estar aderente às regras e as legislações vigentes para este tipo de operação.

Os valores captados por período em 2025 são:

Tipo	Competência	Vencimento	Taxa Anual	Captação
Nova captação	ago/25	fev/26	CDI +1,69%	6.000
Renovação	set/25	mar/26	CDI +1,693%	11.000
Renovação	set/25	mar/26	CDI +1,693%	40.000
Renovação	set/25	mar/26	CDI +1,693%	7.000
Renovação	set/25	mar/26	CDI +1,693%	8.200
Renovação	set/25	mar/26	CDI +1,693%	8.000
Nova captação	nov/25	fev/26	CDI +1,75%	1.500
Renovação	dez/25	mar/26	CDI +1,75%	4.000
Total				85.700

20 Debêntures

	31/12/2025	31/12/2024
Circulante	32.978	16.697
Não Circulante	146.250	178.750
Total	<u>179.228</u>	<u>195.447</u>
Custo de Captação – Circulante	(429)	(430)
Custo de Captação - Não circulante	(1.933)	(2.363)
Total	<u>176.866</u>	<u>192.654</u>

Em julho de 2024, a controlada CAEDU liquidou as debêntures emitidas em novembro de 2021 e realizou nova emissão no valor de R\$ 195.000 com vencimento até junho de 2031 a taxa de CDI + 3% e carência de 18 meses para o primeiro pagamento; com o intuito de melhorar a dívida líquida postergando ao longo prazo a dívida bancária existente e aumentar os investimentos com expansão das lojas Caedu.

Segue a movimentação das debêntures:

2025	Principal	31/12/2024	Captação	Juros incorridos	Juros Pagos	Pagamento de principal	Baixas	31/12/2025
Modalidade								
Emissão	195.000	195.447	-	33.143	(33.112)	(16.250)	-	179.228
Custo de captação		(2.793)		-	-	-	431	(2.362)
Total		<u>192.654</u>	<u>-</u>	<u>33.143</u>	<u>(33.112)</u>	<u>(16.250)</u>	<u>431</u>	<u>176.866</u>
2024	Principal	31/12/2023	Captação	Juros incorridos	Juros Pagos	Pagamento de principal	Baixas	31/12/2024
Modalidade								
Emissão	195.000	70.137	195.000	17.693	(17.383)	(70.000)	-	195.447
Custo de captação		(988)	(3.008)	-	-	-	1.203	(2.793)
Total		<u>69.149</u>	<u>191.992</u>	<u>17.693</u>	<u>(17.383)</u>	<u>(70.000)</u>	<u>1.203</u>	<u>192.654</u>

A emissão das debêntures teve como garantia bens das empresas ligadas do Grupo Palma, sendo 25% em recebíveis de cartão da Administradora Palma.

Dentre as cláusulas de compromisso do contrato de emissão de debêntures (covenants) existem cláusulas que preveem índices financeiros e de liquidez determinados entre as partes.

A Empresa definiu percentuais semestrais de liquidação antecipada, podendo quitar as debêntures antes do seu vencimento.

No caso de descumprimento dessas cláusulas contratuais específicas, tal credor poderá, após a notificação do não cumprimento pela Empresa, exigir o vencimento antecipado das dívidas mantidas com a Empresa. Em 31 de dezembro de 2025, a empresa cumpriu as cláusulas definidas em relação aos índices financeiros.

Os vencimentos do longo prazo são representados da seguinte forma:

2027	32.071
2028	32.071
2029	32.071
2030	32.071
Demais anos	16.033
Total	144.317

21 Fornecedores

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores nacionais	78.793	83.988
Fornecedores estrangeiros	16.792	24.651
Fornecedores de cartões e serviços	7.209	5.609
(-) Ajuste a valor presente	(410)	-
	102.384	114.248

A Empresa e suas controladas avaliaram o ajuste a valor presente das suas operações com fornecedores na data de 31 de dezembro de 2025 e concluíram que os valores geram ajustes materiais a valor presente nas demonstrações financeiras consolidadas, por se tratar de títulos com vencimento médio de 141 dias.

22 Impostos e contribuições a recolher

	Consolidado			
	31/12/2025		31/12/2024	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
ICMS	32.478	-	31.133	-
COFINS	11.630	-	4.856	-
PIS	2.488	-	1.041	-
ISS	934	-	821	-
IOF	3	-	2	-
Outros	23	-	25	-
	47.556	-	37.878	-
Parcelamentos				
ICMS	26.734	31.201	15.475	32.609
COFINS	1.032	2.789	1.010	3.569
PIS	323	606	219	775
	28.089	34.596	16.704	36.953
	75.645	34.596	54.582	36.953

Referente aos parcelamentos, a Caedu aderiu ao Programa de Parcelamento de Tributos Federais (PIS e COFINS) e Estadual (ICMS) referente aos faturamentos de 2012 a 2019 e 2021 em processos de 36, 60 e 150 parcelas, com término previsto para 2030.

23 Partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo				
Dividendos a receber	2.622	1.920	1.920	1.920
Passivo				
Lucros a distribuir	-	442	442	442
Contrato de mútuo	-	-	18.303	21.882
(a) Conta corrente interempresarial	1.140	-	-	-

- (a) Refere-se a valores a pagar para a empresa Caedu Comércio Varejista de Artigos do Vestuário S.A., conforme contrato de conta corrente firmado entre a GEPALMA e demais empresas do Grupo

a. Partes relacionadas - Consolidado

Descrição	31/12/2024	Adições	Baixas	Juros pagos	Juros provisionado	IOF	IR	31/12/2025
Passivo								
Empréstimos sócios (a)	21.882	-	(1.966)	(4.184)	3.204	-	(633)	18.303
Total	21.882	-	(1.966)	(4.184)	3.204	-	(633)	18.303

Descrição	31/12/2023	Adições	Baixas	Juros pagos	Juros provisionado	IOF	IR	31/12/2024
Passivo								
Empréstimos sócios (a)	22.138	-	(1.010)	(2.023)	3.079	-	(302)	21.882
Total	22.138	-	(1.010)	(2.023)	3.079	-	(302)	21.882

Os mútuos com sócios são formalizados através de contratos de mútuo com prazos de vencimento para junho de 2027, e os valores sofrem atualização a taxa de CDI+3%.

Remuneração da Administração

Em 31 de dezembro de 2025, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Diretoria, totalizou R\$ 4.704 (em 31 de dezembro de 2024, totalizou R\$ 7.464) registrados no grupo de despesas administrativas, e inclui salários, honorários e benefícios diretos e indiretos. A Companhia não possui outros tipos de remuneração ao pessoal-chave da Administração de longo prazo, exceto tipos de remuneração tais como benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

24 Outros passivos

O saldo de outros passivos em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 32.819 (R\$ 35.151 em 31 de dezembro de 2024) está composto principalmente por valores a pagar a prestadores de serviços de tecnologia, manutenção e reformas de lojas, aluguéis, condomínios, consumo de água, energia e internet.

25 Provisão para contingências

No desenvolvimento de suas operações, a Empresa e suas controladas estão sujeitas a certos riscos, representados por ações tributárias, cíveis e processos trabalhistas. Portanto, são partes envolvidas em ações que são discutidas nas esferas administrativa e judicial. Em 31 de dezembro de 2025, a Administração da Empresa e controladas, com base nas opiniões dos seus assessores jurídicos de que as perdas são possíveis, mas não prováveis, não procedeu ao registro de provisão para contingências para as ações a seguir:

a. Controladora

Conforme o posicionamento dos assessores jurídicos, a Empresa não possui ações passivas em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(i) Controladas

Natureza da contingência	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2024	Provisão	Baixas / Reversões	Saldo em 31/12/2025
Provisão trabalhista	7.960	8.579	(7.960)	8.579
Provisão civil	86	674	(85)	675
Provisão tributária	1.436	1.573	(1.436)	1.573
	9.482	10.826	(9.481)	10.827

Natureza da contingência	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2023	Provisão	Baixas / Reversões	Saldo em 31/12/2024
Provisão trabalhista	7.249	7.961	(7.250)	7.960
Provisão civil	624	85	(623)	86
Provisão tributária	197	1.436	(197)	1.436
	8.070	9.482	(8.070)	9.482

b. Contingências Trabalhistas

A Companhia tem ações trabalhistas são relacionadas principalmente a jornada de trabalho, e verbas rescisórias, sendo classificadas como prováveis pelos seus assessores jurídicos no montante de R\$ 8.579 em dezembro de 2025 (R\$ 7.690 em 2024), e R\$ 4.981 (R\$ 10.841 em 2024) classificadas como possíveis, as principais causas são referentes horas extras e verbas rescisórias.

c. Contingências Cíveis

A Companhia tem ações Cíveis relacionadas a fraude de cartão, que classificadas como prováveis pelos seus assessores jurídicos no montante de R\$ 675 em dezembro de 2025 (R\$ 86

em 2024), e R\$ 6.694 (R\$ 4.056 em 2024) classificadas como possíveis, sendo as principais causas referentes a fraudes de cartão.

d. Contingências tributárias

A companhia tem contingências tributárias classificadas como prováveis no montante de R\$ 1.573 em dezembro de 2025 (R\$ 1.436 em 2024), e classificadas como possíveis existe o montante de R\$ 383 (R\$ 26.970 em 2024).

Depósitos Judiciais

Os saldos dos depósitos judiciais totalizavam R\$ 1.871 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 1.938 em 31 de dezembro de 2024) foram considerados para fins de análise das provisões para contingências trabalhistas e cíveis.

26 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social da Empresa é de R\$ 10.100 (dez milhões e cem mil reais), divididos em 10.099.800 de cotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada cota, distribuídas entre os cotistas.

Quotistas	Nº de quotas	Participação
João Vicente da Palma	5.049.900	50%
Luciano da Palma	2.524.950	25%
Lucilene da Palma Pedroso	2.524.950	25%
Total	10.099.800	100%

b. Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se ao reflexo proporcional da participação da Controladora nas controladas que possuem registrado o ajuste de avaliação patrimonial em seus imobilizados (demeed cost), em contrapartida dos patrimônios líquidos.

c. Retenção de lucros

Os lucros acumulados apurados até 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram reclassificados para a rubrica “Retenção de lucros”, que está à disposição dos cotistas para futura destinação.

d. Dividendos

Em 2025 houve pagamento de dividendos no montante de R\$ 27.942.

27 Receita operacional líquida

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional bruta		
Receita de venda de mercadoria varejo	1.047.660	978.517
Receita de venda de mercadoria atacado	21.773	16.824
Receita de venda de mercadoria e-commerce	8.375	7.754
Rendas de intermediação administração financeira	80.135	78.498
Parcela anuidade	10.691	12.145
Comissão seguros de cartão	43.177	41.883
Tarifa cobrança	17.815	14.999
Taxa bônus celular	21.959	20.741
Prestação de serviços de crédito	309	-
Locação de imóveis	6.432	5.954
Outras receitas	3.371	3.856
	1.261.697	1.181.171
Deduções da receita bruta		
Impostos sobre vendas e serviços	(279.899)	(261.923)
Devoluções e vendas canceladas	(46.850)	(42.997)
	(326.749)	(304.920)
Receita operacional líquida	934.948	876.251

Para melhor apresentação foram sumarizadas as rubricas de juros de parcelamento, Encargos de financiamento, Juros parcelamento fatura e Multa moratória para a rubrica de Rendas de intermediação administração financeira, visando demonstrar que estas segregações fazem parte da mesma operação de cláusula mandato.

28 Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados

	31/12/2025	31/12/2024
Custo das mercadorias vendidas	(396.916)	(353.036)
Custo de royalties	(1.877)	(1.037)
Custos bônus com celular	(7.361)	(6.144)
Perdas em estoques de produtos varejo	391	2.180
Ajuste a valor presente	13.221	-
Custo de análise de crédito	(2.313)	(2.438)
Custos processamento de cartões	(4.589)	(4.210)
Custos de gráfica	(525)	(324)
Depreciação de propriedades para investimento	(1.860)	(1.860)
Custos com postagens	(85)	(126)
Outros custos de importação	(15.558)	(14.112)
Outros custos	(146)	(170)
Total	(417.618)	(381.277)

29 Despesas administrativas e comerciais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Salários, encargos e benefícios	(73)	(73)	(162.632)	(149.043)
Depreciação e amortização	-	-	(72.840)	(66.628)
Serviços de terceiros	(1)	(1)	(80.928)	(72.112)
Perdas de créditos	-	-	(66.956)	(59.939)
Marketing	-	-	(18.470)	(23.042)
Ocupação	-	-	(32.222)	(27.227)
Impostos e taxas	(11)	(5)	(8.781)	(7.867)
Taxa administrativa	-	-	(8.488)	(8.240)
Materiais de uso e consumo	-	-	(3.725)	(3.828)
Manutenção	-	-	(3.634)	(2.659)
Contingências	-	-	(1.345)	(1.413)
Viagens e estadias	-	-	(3.374)	(4.550)
Custo de transação - Debentures	-	-	(553)	(1.006)
Outras despesas	-	(1)	(3.647)	(2.567)
	(85)	(80)	(467.595)	(430.121)
Total de despesas comerciais	(7)	(5)	(344.823)	(316.613)
Total de despesas administrativas	(78)	(75)	(56.369)	(55.182)
Total de perdas de créditos	-	-	(66.956)	(59.939)
	(85)	(80)	(468.148)	(431.734)

30 Outras (despesas) receitas operacionais líquidas

Descrição	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Crédito retroativo PIS/COFINS	15.047	5.847
Baixa clientes com saldo credor	-	1.537
Baixa de direito de uso	4.080	1.150
Outras receitas	836	757
Vale troca não utilizado	539	470
Recuperação de créditos baixados	58	230
Amostras	154	198
Venda de sucatas	53	35
Recuperação de despesas	-	4
Sinistros	-	2
Recálculo contratos IFRS 16	918	-
Recálculo contratos IFRS 16 – anos anteriores	2.965	-
Mudança CD Cajamar para São Roque	709	-
Multas e autos de infração	(180)	(38)
Outras despesas	(9)	(155)
Perdas de caixa	(226)	(160)
Baixa de ativo imobilizado e intangível	(1.307)	(1.886)
Total	23.637	7.991

31 Receitas (despesas) financeiras líquidas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras				
Variação cambial	-	-	3.080	2.760
Descontos obtidos	-	-	22.019	19.445
Rendimentos de aplicações financeiras	-	-	23.732	16.423
Rendimentos em operações com derivativos - Swap e 4131	-	-	-	7.640
Juros ativos	-	-	11	(63)
Impostos sobre receita financeira	-	-	(2.095)	(1.997)
Outras	-	-	-	-
	-	-	46.747	44.208
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos de financiamento	-	-	(18.315)	(14.403)
Juros sobre tributos	-	-	(10.034)	(7.146)
Demais despesas em operações com derivativos	-	-	-	(4.053)
Juros sobre operação de mútuo	-	-	(3.204)	(3.079)
Tarifas bancárias	(1)	(3)	(2.979)	(1.153)
Descontos concedidos	-	-	(942)	(28)
Juros passivos	-	-	(219)	(130)
Variação cambial	-	-	(1.203)	(9.159)
Juros sobre arrendamento	-	-	(32.569)	(25.629)
Juros sobre debêntures	-	-	(33.143)	(17.693)
Multas Sobre pagamento em atraso	-	-	(2)	-
Juros sobre antecipação de recebíveis	-	-	(845)	(434)
Ajuste a valor presente - fornecedores	-	-	(13.017)	-
	(1)	(3)	(116.472)	(82.907)
Total	(1)	(3)	(69.725)	(38.699)

32 Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

As transações com instrumentos financeiros estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas ao caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, partes relacionadas, outros créditos, recursos em trânsito de terceiros, fornecedores e outras contas a pagar.

a. Considerações gerais

A Empresa e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de controle interno e de limites de exposição. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas aos principais instrumentos a seguir relacionados:

Em milhares de Reais	Nota	2025				Nível
		Controladora		Consolidado		
		Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor Justo	
Valor justo por meio do resultado						
Aplicações financeiras	6	-	-	118.159	118.159	2
Aplicações financeiras	7	-	-	132.174	132.174	2
Custo amortizado						
Contas a receber	8	-	-	158.674	158.674	2
Caixa e equivalentes de caixa	6	-	-	20.435	20.435	1
Outros ativos		339	339	5.378	5.378	2
Total do ativo		339	339	434.820	434.820	
Custo amortizado						
Empréstimos e financiamentos	19	-	-	(218.695)	(218.695)	2
Fornecedores	21	(33)	(33)	(102.384)	(102.384)	2
Outros passivos	24	-	-	(32.819)	(32.819)	2
Debentures	20	-	-	(176.866)	(176.866)	2
Lucros a distribuir	23	-	-	-	-	2
Partes relacionadas	23	-	-	(18.303)	(18.303)	2
Total do passivo		(33)	(33)	(549.067)	(549.067)	

	2024					
		Controladora		Consolidado		
		Nota	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	
Em milhares de Reais						
Valor justo por meio do resultado						
Aplicações financeiras	6	-	-	125.140	125.140	2
Aplicações financeiras	7	-	-	108.079	108.079	2
Custo amortizado						
Contas a receber	8	-	-	163.683	163.683	2
Dividendos a receber	32	1.920	1.920	-	-	2
Caixa e equivalentes de caixa	6	11	11	18.200	18.200	1
Outros ativos		339	339	20.184	20.184	2
		2.270	2.270	435.286	435.286	
Total do ativo						
Custo amortizado						
Empréstimos e financiamentos	19	-	-	(153.523)	(153.523)	2
Fornecedores	21	(33)	(33)	(114.248)	(114.248)	2
Outros passivos	24	-	-	(35.151)	(35.151)	2
Debentures	20	-	-	(192.654)	(192.654)	2
Lucros a distribuir	23	(442)	(442)	(442)	(442)	2
Partes relacionadas	23	-	-	(21.882)	(21.882)	2
		(475)	(475)	(517.900)	(517.900)	
Total do passivo						

Os valores justos de empréstimos e financiamentos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (por exemplo: BM&FBovespa e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber e das contas a pagar pelo valor contábil, menos eventual perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado.

Os instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo requerem divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1, que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços), nível 2.
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis), nível 3. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Empresa mantém apenas instrumentos financeiros no nível 2.

b. Gerenciamento de riscos financeiros

Fatores de risco que podem afetar os negócios

Os principais fatores de risco que a Empresa e suas controladas estão expostos refletem em aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como comportamento de demanda, concorrência e mudanças relevantes na estrutura dos negócios) são endereçados pelo modelo de gestão da Administração. A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, visando a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas *versus* as vigentes no mercado. A Empresa e suas controladas possuem uma política conservadora de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros monitorada pela Administração, e esta possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões. Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da administração são:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco de taxa de câmbio.

A Empresa e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativa em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Essa nota explicativa apresenta informações sobre a exposição da Empresa e suas controladas a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

c. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Empresa e suas controladas incorrerem em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Empresa e suas controladas. Os valores contábeis dos ativos financeiros e ativos de contrato representam a exposição máxima do crédito.

(i) Caedu

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 8 - Contas a receber (Caedu), o prazo médio dos recebimentos dos cartões de terceiros e Adm. Cartão Palma é de 50 dias, não existindo atrasos nos recebimentos durante o exercício, portanto não existem perdas por redução ao valor recuperável a ser reconhecidas nos exercícios findos em 31 de dezembro 2025 e 2024. Não existem operações do atacado pendentes no contas a receber.

(ii) Adm. Cartão Palma

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros e de contrato foram calculadas levando-se em consideração as perdas dentro das faixas de vencimento e deságio de 56,5% ocorridas dentro do exercício, conforme abaixo demonstrado:

2025				
	Taxa média ponderada perda estimada	Valor Bruto	Expectativa de Perda	Valor Líquido
Em dia	7,40%	120.825	(8.943)	111.882
1 à 6 dias	0,00%	-	-	-
07 a 30	4,79%	14.649	(701)	13.948
31 a 89	9,28%	17.253	(1.601)	15.652
Maior que 90 dias	70,88%	27.910	(19.783)	8.127
		180.637	(31.028)	149.609

2024				
	Taxa média ponderada perda estimada	Valor Bruto	Expectativa de Perda	Valor Líquido
Em dia	5,89%	112.071	(6.600)	105.471
1 à 6 dias	5,87%	1.959	(115)	1.844
07 a 30	3,76%	17.823	(670)	17.153
31 a 89	9,43%	13.817	(1.303)	12.514
Maior que 90 dias	73,86%	24.698	(18.242)	6.456
		170.368	(26.930)	143.438

(iii) ANPPLA

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros e de contrato foram calculadas levando-se em consideração as perdas dentro das faixas de vencimento e ocorridas dentro do exercício, conforme abaixo demonstrado:

2025				
Descrição	Taxa de perda estimada	Saldo contábil Bruto	Provisão perda estimada	Problemas de recuperação
A vencer	0,00%	2.288	-	Não
Vencido de 1 a 30 dias	10,00%	24	2	Não
Vencido de 31 a 60 dias	20,00%	18	4	Sim
Vencido de 61 a 90 dias	30,00%	39	11	Sim
Vencido de 91 a 180 dias	50,00%	13	5	Sim
Vencido acima de 180 dias	100,00%	141	118	Sim
Total		2.523	140	

2024

Descrição	Taxa de perda estimada	Saldo contábil Bruto	Provisão perda estimada	Problemas de recuperação
A vencer	0,00%	3.376	-	Não
Vencido de 1 a 30 dias	10,00%	-	-	Não
Vencido de 31 a 60 dias	20,00%	36	(7)	Sim
Vencido de 61 a 90 dias	30,00%	10	(3)	Sim
Vencido de 91 a 180 dias	50,00%	-	-	Sim
Vencido acima de 180 dias	100,00%	91	(91)	Sim
Total		3.513	(101)	

d. Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade de a Empresa e suas controladas não poderem cumprir com as suas obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado. Para mitigar esse risco, a Administração possui linhas de crédito, que aumentam a liquidez no curto prazo e possibilitam maior eficiência na gestão do caixa, sendo consistente com o seu foco estratégico na redução do custo do capital. As principais fontes da Empresa e suas controladas derivam do fluxo de caixa gerado por suas operações, fornecedores e partes relacionadas. A Administração acredita que essas fontes são adequadas para atender aos seus atuais usos, o que inclui, mas não se limita, o capital de giro, capital de investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos. O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez e refletem o fluxo financeiro da Empresa e suas controladas:

	Consolidado					
	2025			2024		
	Fluxo de Caixa	Até um ano	Acima de um ano	Fluxo de Caixa	Até um ano	Acima de um ano
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	138.594	138.594	-	143.340	143.340	-
Contas a receber	158.674	158.674	-	163.683	163.683	-
Outros ativos	5.378	-	5.378	20.184	-	20.184
	302.646	297.268	5.378	327.207	307.023	20.184
Passivos						
Empréstimos e financiamentos	218.695	125.938	92.757	290.879	210.385	80.494
Fornecedores	102.384	102.384	-	114.248	114.248	-
Outras contas a pagar	32.819	32.819	-	35.151	35.151	-
Debêntures	176.866	32.549	144.317	86.737	33.332	53.405
Lucros a distribuir	-	-	-	442	442	-
Partes relacionadas	18.303	18.303	-	21.882	21.882	-
	549.067	311.993	237.074	549.339	415.440	133.899

e. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado – tais como taxas de juros e preços de ações – que irão afetar a receita da Empresa ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de riscos de mercado é gerenciar e controlar as exposições aos riscos de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração considerou que as operações mantidas pela Empresa em que indicam os juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais são substancialmente independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado. A Administração entende que não há risco significativo em relação à volatilidade dos juros a serem apresentados.

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros é o risco de a Empresa incorrer em perdas econômicas em função de mudanças adversas nas taxas de juros, que podem ser causadas por fatores relacionados a crises econômicas e mudanças na política monetária do mercado interno e externo. Essa exposição refere-se principalmente a variações nas taxas de juros de mercado que afetam os ativos e passivos da Empresa indexados ao Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”).

Instrumentos de taxa variável	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos e financiamentos	218.695	153.523
Debentures	176.866	192.654
Partes relacionadas	18.303	21.882
	413.864	368.059

A Administração da Empresa realizou uma análise de sensibilidade de acordo com o CPC 40 (R1), visando demonstrar o impacto da variação das taxas de juros sobre seus ativos e passivos financeiros, considerando as seguintes taxas de juros para os próximos 12 meses:

- CDI de 14,71% a.a., com base na curva de juros futura (fonte: B3 - Brasil, Bolsa e Balcão).

Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado e no patrimônio líquido na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

				Cenários				
Exposição patrimonial	Exposição	Risco	Taxa efetiva a.a. em 2025	I	II	III	IV	V
				Provável	25%	50%	-25%	-50%
1-Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	250.333	CDI	14,71%	36.824	46.030	55.236	27.618	18.412
	250.333			36.824	46.030	55.236	27.618	18.412
2- Passivos financeiros								
Empréstimos e financiamentos	218.695	CDI	14,71%	32.170	40.213	48.255	24.128	16.085
Debentures	176.866	CDI	14,71%	26.017	32.521	39.026	19.513	13.009
Partes relacionadas	18.303	CDI	14,71%	2.692	3.365	4.038	2.019	1.346
	413.864			60.879	76.099	91.319	45.660	30.440
				Cenários				
Exposição patrimonial	Exposição	Risco	Taxa efetiva a.a. em 2024	I	II	III	IV	V
				Provável	25%	50%	-25%	-50%
1-Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	233.219	CDI	15,86%	36.989	46.236	55.484	27.742	18.495
	233.219			36.989	46.236	55.484	27.742	18.495
2- Passivos financeiros								
Empréstimos e financiamentos	153.523	CDI	15,86%	24.349	30.436	36.524	18.262	12.175
Debentures	192.654	CDI	15,86%	30.555	38.194	45.833	22.916	15.278
Partes relacionadas	21.882	CDI	15,86%	3.470	4.338	5.205	2.603	1.735
	368.059			58.374	72.968	87.562	43.781	29.188

f. Risco de taxas de câmbio

A Empresa e suas controladas participam de operações envolvendo instrumentos financeiros cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistema de controles de limites de exposições a esses riscos. A Administração da Empresa e suas controladas acreditam que o gerenciamento de riscos é importante na condução de sua estratégia de crescimento com rentabilidade. A Empresa e suas controladas estão expostas a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito à variação nas taxas de câmbio e volatilidade das taxas de juros. O objetivo de gerenciamento de risco é eliminar possíveis variações não esperadas nos resultados, advindas dessas variações. A medição da eficiência e avaliação dos resultados ocorre no fim dos contratos.

A Empresa e suas controladas não realizaram nos exercícios operações com derivativos e quaisquer outros ativos em caráter especulativo.

g. Gerenciamento do capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. Para tanto, a Administração monitora a relação da dívida líquida em relação ao patrimônio líquido total.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de financiamento e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. A dívida da Empresa e suas controladas para relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Total do passivo	1.264	487	909.474	860.832
Menos: caixa e equivalentes de caixa	-	(11)	(138.594)	(143.340)
Dívida líquida	1.264	476	770.880	717.492
Total do patrimônio líquido	<u>208.193</u>	<u>233.953</u>	<u>208.193</u>	<u>233.953</u>
Índice da dívida líquida pelo patrimônio ajustado	<u>0,006</u>	<u>0,002</u>	<u>3,703</u>	<u>3,067</u>

Instrumentos financeiros derivativos

Em 2025 não houve captação de empréstimos protegidos com operações de SWAP.

Ganhos e perdas em operações com derivativos

Segue a movimentação dos ganhos e perdas com derivativos:

	2025	2024
Ganho de derivativo	-	7.631
Perda de derivativo	-	(4.053)
Total	<u>-</u>	<u>3.578</u>

33 Eventos subsequentes

A Empresa não identificou nenhum evento relevante no decorrer de 2026 até a data da aprovação das demonstrações financeiras.

* * *

Lucilene da Palma Pedroso
Presidente

Aldemir Vicente de Lima
Diretor administrativo, financeiro e soluções financeiras

Elizabeth da Silva França
Contadora - CRC 1SP225542/O-7